

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.605.463 - DF (2019/0314587-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : IBET - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO TECNICO LTDA
AGRAVANTE : GENTIL MARTINS DIAS
ADVOGADO : RICARDO VENDRAMINE CAETANO - DF025335
AGRAVADO : MARINA HELENA MICHELI VELHO
AGRAVADO : ANDRE MICHELI VELHO
AGRAVADO : FERNANDO MICHELI VELHO
AGRAVADO : CAROLINA HELENA MICHELI VELHO
ADVOGADOS : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO - DF025120
FELIPE SANTOS CORRÊA - DF053078
CAIO VINICIUS ARAUJO DE SOUZA - DF059109

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo IBET - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO TECNICO LTDA e OUTRO contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO SENTENÇA. CÁLCULOS. CONTADORIA. PROBABILIDADE DO DIREITO. AUSÊNCIA.
1. Não há imprecisão nos cálculos elaborados pela contadoria judicial, quando esta se limita a aplicar a correção monetária fixada na sentença que está sendo objeto de cumprimento.
2. Não evidenciada a presença da probabilidade do direito invocado, deve-se prestigiar a decisão agravada.
3. Recurso conhecido e desprovido" (fls. 145/146, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 167/174, e-STJ).

No especial, os recorrentes apontam violação dos arts. 503, 505, 506 e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015 e 92 do Código Civil, argumentando, em síntese, que houve ofensa à coisa julgada material visto que a decisão estendeu a aplicação da correção monetária para retroagir à data da fixação da pensão, enquanto foi reconhecido no título executivo o direito à correção das parcelas vencidas apenas nos últimos 02 (dois) anos.

Apresentadas contrarrazões às fls. 201/214 (e-STJ).

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do

recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O tribunal de origem dirimiu a controvérsia nos seguintes termos:

"(...)

Dentro dos limites de cognição do agravo de instrumento, observo que a decisão objeto do cumprimento de sentença foi clara em reconhecer apenas que houve a prescrição do direito de cobrança das parcelas anteriores ao prazo de dois anos, sendo certo que a correção monetária durante todo o período foi julgada procedente.

Em outras palavras, determinou-se o cabimento da correção monetária desde o início, entretanto, limitando-se a cobrança dos valores corrigidos aos últimos dois anos. Aliás, entendimento diverso, como sustenta o agravante, seria ilógico, pois a correção monetária constitui mera reposição do valor real da moeda.

Dessa forma, em análise perfunctória, observo que a decisão agravada agiu corretamente ao homologar os cálculos realizados pela contadoria judicial, que corrigiu os valores desde a implementação da pensão alimentícia, mas limitou a somatória apenas aos últimos dois anos.

(...)

Nessa esteira, tenho que não há elementos aptos a ensejar a revisão da decisão agravada, diante da ausência da probabilidade do direito, uma vez que os cálculos da contadoria estão conforme a decisão exequenda" (fls. 148/149, e-STJ).

De início, no tocante à violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão ou de deficiência de fundamentação apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Quanto ao mérito, diante das premissas fáticas estabelecidas no acórdão, a reforma do aresto demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inviável em recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. CORREÇÃO DOS CÁLCULOS. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ÍNDICES DE CORREÇÃO. ALTERAÇÃO DO TÍTULO EXEQUENDO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 o fato de o col. Tribunal

de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. O Tribunal de origem, analisando elementos fático-probatórios dos autos, concluiu que os cálculos apresentados pelo credor, na fase executiva, estavam em conformidade com o conteúdo do título executivo judicial, mormente no que diz respeito aos valores a serem amortizados. Rever os cálculos apresentados pelo credor, na via estreita do recurso especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Esta Corte de Justiça consagra entendimento de que não há ofensa à coisa julgada quando o juízo da execução confere ao título executivo judicial a interpretação que melhor viabilize o seu cumprimento. *Precedentes.*

4. É defeso alterar, em sede de impugnação de cumprimento de sentença, os índices determinados para a atualização monetária do débito judicial, por se tratar de discussão acobertada pelo manto da coisa julgada.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 219.669/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 12/04/2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AFASTAMENTO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL 2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DIREITO POTESTATIVO. INEXISTÊNCIA DE PRAZO DECADENCIAL. 3. APLICAÇÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS PREVISTOS NOS ARTS. 1.003, 1.032 E 1.057 DO CC. IMPOSSIBILIDADE 4. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO SÓCIO PARA RESPONDER À DECISÃO QUE DEFERIU A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COISA JULGADA E RECONHECIMENTO DE QUE HOUVE COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO NO FEITO. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 5. LIMITAÇÃO DA EXECUÇÃO ÀS QUOTAS SOCIAIS DO SÓCIO. IMPOSSIBILIDADE. 6. REVISÃO DE CÁLCULOS DO CONTADOR. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 7. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A tese de cerceamento de defesa foi afastada pela decisão agravada em observância ao princípio do livre convencimento motivado. Destarte, a alegação de necessidade de afastamento do óbice da Súmula 7/STJ encontra-se completamente dissociada dos fundamentos da decisão atacada, afrontando o princípio da dialeticidade recursal.

2. Correspondendo a direito potestativo, sujeito a prazo decadencial, para cujo exercício a lei não previu prazo especial, prevalece a regra geral da inesgotabilidade ou da perpetuidade, segundo a qual os direitos não se extinguem pelo não-uso. Assim, à minguia de previsão legal, o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, quando preenchidos os requisitos da medida, poderá ser realizado a qualquer tempo. *Precedente.*

Superior Tribunal de Justiça

3. Descabe, por ampliação ou analogia, sem qualquer previsão legal, trazer para a desconconsideração da personalidade jurídica os prazos prescricionais previstos para os casos de retirada de sócio da sociedade (arts. 1003, 1.032 e 1.057 do CC), uma vez que institutos diversos.

4. A alegação de nulidade, por ausência de intimação para responder ao pedido de desconconsideração da personalidade jurídica, foi afastada pelo Tribunal de origem por se tratar de questão coberta pelo manto da coisa julgada, bem como por ter o ora recorrente comparecido espontaneamente nos autos, questionando a regularidade de sua inclusão no processo, não podendo a questão ser revista em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

5. Não havendo nenhuma restrição legal, notadamente no art. 50 do CC, que autoriza a desconconsideração da personalidade jurídica, a execução contra os sócios não fica limitada às suas respectivas quotas sociais. *Precedentes.*

6. **A verificação da correção dos cálculos elaborados pelo contador, e considerados como corretos pelo Tribunal estadual, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, inviável nesta fase recursal pelo óbice da Súmula 7 desta Corte Superior.**

7. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 764.058/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 22/08/2017 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015), visto que o recurso especial é oriundo de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator